

A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM PORTUGAL (1910-1974)

Margarida Louro Felgueiras*

RESUMO

A celebração, em 2010, do 1.º centenário da proclamação República portuguesa levou-nos a revisitar a obra educativa do período que vai de 1910 à instauração da Democracia. Debater a construção da educação infantil em Portugal é o objetivo deste artigo. Pretendemos evidenciar os processos, os atores e a visão dominante, a partir das medidas implementadas. Da revisão da historiografia sobre o tema citaremos apenas aquela que concorre para o esclarecimento do processo e do objetivo a que nos propusemos. Cotejamos a legislação produzida e analisámos a ação da Escola Normal do Porto na 1ª República. Para isso investigámos a documentação de arquivo (livros de atas, correspondência, escritos de professores). Escolhemos a Escola Normal do Porto como ângulo de focagem, pela importância que teve durante o final da Monarquia e a 1ª República e por a historiografia portuguesa sobre o tema ter ignorado o seu papel. O trabalho evidencia a importância do estudo dos arquivos das instituições para um conhecimento mais profundo da história da educação. A pesquisa permitiu-nos evidenciar a ação fundamental da Escola Normal do Porto para a concretização efetiva da formação de educadoras de infância, numa relação íntima com o poder local, num momento de desenvolvimento económico da região. O declínio da Escola Normal acompanha as políticas de abandono da educação infantil e a perda de influência quer do poder local quer da região.

Palavras-chave: Escolarização. Educação infantil. Educação de infância em Portugal. Escola Normal do Porto.

Recebido em: abril/2012 – Aceito em: junho/2012

* Prof.^a Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail institucional: margafel@fpce.up.pt; e-mail pessoal: margalf@gmail.com.

ABSTRACT

INFANT EDUCATION AND SCHOOLING IN PORTUGAL (1910-1974)

The celebration in 2010 of the 1st centenary of the declaration of the Portuguese Republic led us to revisit the educational work between 1910 and the advent of the democratic regime in 1974. The objective of this article is to debate the building up of infant education in Portugal. We intend to highlight the processes, the actors and the dominant view through the implemented measures. From the historiography on the subject we will only quote what contributes to a clarification of the process and the objective proposed. We collated the legislation produced and analysed the Escola Normal do Porto action during the 1st Republic. To this end we investigated the archive documentation (minutes, correspondence, the writings of teachers). The Escola Normal do Porto was chosen as a focusing angle due to its importance during the latter part of the Monarchy and the 1st Republic, and because Portuguese historiography on the matter ignored its role. The work highlights the importance of studying the institution's archives to a deeper understanding of the history of education. The research allowed us to bring to light the significant role that Escola Normal do Porto played in the effective training of early childhood educators, with an intimate relation with the local power, in a time of economic development for the region. The decline of the Escola Normal follows the policy of abandonment of early childhood education and the loss of influence at both local and regional level.

Keywords: Schooling. Infant school. Infant school in Portugal. Escola Normal do Porto (Porto Teachers Training school).

1 Introdução

A celebração em 2010 do 1º centenário da Proclamação da República portuguesa decorreu já num contexto de grave crise econômica, mas, também, política e ideológica. Consideramos que visitar a obra educativa do período inicial da República seria, como historiadores da educação, a melhor forma de homenagearmos aqueles que lutaram por uma nova sociedade, fundada na educação como motor

de transformação econômica e de desenvolvimento humano. Analisar um período de intensos debates e de tentativas reformadoras, pretende ser também um contributo desapaixonado para nos confrontarmos com as dificuldades e derivas com que nos defrontamos na atualidade e construirmos coletivamente a Esperança.

A educação foi, sem dúvida, o grande desiderato da 1ª República portuguesa. Os republicanos portugueses tinham um diagnóstico da situação, mas, acima de tudo, possuíam um projeto para o país. Todos os quadrantes políticos da época conheciam a realidade educativa e sabiam também como ela era umas das condicionantes do desenvolvimento econômico. Os registos estatísticos, que se iniciaram nos finais do século XIX, davam uma imagem demasiado crua para poderem ser ignorados. Apesar de no período monárquico se terem dado passos no sentido de uma progressiva estruturação do sistema de ensino, não encontramos nada de comparável com o projeto global de reforma da instrução pública da República. Esse projeto funcionaria como orientação global das políticas seguintes, apesar de todas as inconstâncias da ação governativa.

Independentemente dos desenganos da ação prática, os revolucionários de 1910 atribuíram prioridade à alfabetização do povo português. Assim, mal a Revolução triunfou, encetaram uma série de medidas que assumiram um carácter emblemático para a educação. Pretendemos aqui ressaltar a ação em prol da educação infantil e da escolarização da infância e acompanhar o percurso da educação infantil até ao final da Ditadura. Deixaremos assim de lado as ações também empreendidas relativamente a outros níveis de ensino e suas modalidades: liceal, técnico industrial, comercial e agrícola; ensino superior com a criação das Universidades de Lisboa e Porto, medidas de alfabetização para jovens e adultos trabalhadores – as escolas móveis, formação de professores de nível primário e secundário com a criação das escolas normais superiores, reestruturação do sistema de ensino, da inspeção pedagógica, da sanidade escolar e o alargamento da rede escolar. Da Ditadura apenas salientaremos os principais bloqueios, que limitaram e condicionaram a ação democrática em prol da educação básica, em particular o ensino infantil. Alguns desses bloqueios ameaçam ressurgir, quando se procura soluções para os problemas presentes, visíveis na forma como diferentes grupos sociais parecem perspetivar o futuro. Situação, que exige dos educadores um conhecimento mais denso da realidade educativa, que evite o “presentismo” das inevitabilidades na análise das políticas educativas. Esse é decerto um contributo da história da educação.

2 O debate sobre a educação infantil no final da monarquia

A preocupação com a educação infantil encontra-se presente desde o fim da guerra civil, com a criação das Casas de Asilo da Infância Desvalida em 1834¹, em Lisboa, no ano seguinte no Funchal e alargando-se a outros pontos do país, como o Porto, em 1936. Ao contrário, as creches demorarão a expandir-se², fruto do baixo nível de industrialização do país. Destinadas ao cuidado de crianças de berço e para mães que trabalhavam fora de casa, surgem um pouco mais tarde na Europa e chegam pouco depois ao Porto, em 1852.

A Associação das Casas de Asilo da Infância teve o apoio da Corte. De carácter assistencial e de iniciativa filantrópica, essa iniciativa constitui uma marca na afirmação da sociedade civil no campo da assistência e da educação e, ao mesmo tempo, na preocupação com a infância, na transição entre o colo materno e a escola. Significa também um primeiro movimento de adaptação às transformações que a industrialização irá provocar na sociedade portuguesa, como tentativa de antecipação para amortecer o choque dessas mudanças. As Escolas da Primeira Infância Desvalida, como também foram designadas, diferiam, contudo, das suas congéneres inglesas e francesas, segundo Rogério Fernandes (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004, p. 456), pois aliavam a educação e a instrução ao sustento e aos cuidados com a higiene das crianças. Às crianças seriam ministradas, além de hábitos de ordem, obediência e asseio, as virtudes cristãs, o amor a Deus e o ensino preparatório para a frequência da escola pública, depois dos sete anos (FERNANDES, 2000). Essas escolas tinham um mestre e as aprendizagens da leitura assim como a escrita e a aritmética marcavam presença. O método utilizado parece ter sido o mútuo, ainda segundo Rogério Fernandes.

Em meados do século XIX, Feliciano de Castilho, no seu “método repentino de leitura” dirigido ao ensino na escola primária, adaptará alguns elementos da prática froebelina, como o publicita um seu amigo

¹ Sobre esta instituição cf. os trabalhos de Rogério Fernandes incertos em FELGUEIRAS, Margarida Louro; MENEZES, Maria Cristina, 2004. p. 453-510.

² A primeira creche resulta da ação da burguesia local – João Vicente Martins e João António de Souza Flores - e da iniciativa e apoio de “brasileiros”, como Joaquim Ferreira Moutinho. Designada por Creche São Vicente de Paulo, funcionou no Largo da Trindade, em casa cedida e em 1870 encontrava-se na Rua de Santa Catarina de onde terá passado para o actual edifício, construído de raiz para o efeito entre 1884 -1889, na Rua de Gonçalo Cristóvão, onde se encontra ainda actualmente.

e colaborador, Luís Filipe Leite e foi confirmado posteriormente pelo filho, Júlio de Castilho (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004, p. 478-479). A análise do método presente na cartilha de Castilho torna bem patente o conhecimento e a assimilação da teoria de Froëbel, feita pelo autor. Nessa mesma época, 1851, a criação de jardins de infância faziam parte das reivindicações dos primeiros pedagogos, como Luís Filipe Leite (FERREIRA, 1980, p. 33-34) e dos primeiros socialistas portugueses, como Custódio José Vieira, referido por Alberto Ferreira (1980, p. 47). Mais uma vez parece ser a sociedade civil a tomar a iniciativa e a propor ações concretas. A burguesia do Porto, sob a influência e ação direta de Carolina Michëlis mostra-se recetiva ao método froebeliano, aparecendo Referências a colégios que no Porto o praticam e à existência de um jardim-escola. Terá sido num colégio do Porto que Adolfo Coelho praticou o método de Froëbel, no contato com Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos.

No último quartel do século XIX deu-se a difusão das Escolas da primeira Infância Desvalida assim como das creches, de que se encontram referência em Lisboa (Bairro Oriental, 1878), Beja (1885), Portalegre (1905), e noutras cidades. Simultaneamente vai sendo estruturado um pensamento sobre a educação infantil, que terá como modelo Pestalozzi e Froëbel, com incidência particular nas cidades do Porto e Lisboa. Esse movimento partiu da Sociedade de Instrução do Porto, onde a influência alemã era notória³ e polarizou-se em torno do centenário de Froëbel, tendo-se concretizado na criação do primeiro jardim de infância, em Lisboa, em 1882. O inicialmente projetado para a cidade do Porto pelo Eng. José de Macedo Araújo Júnior, saído do círculo da Sociedade de Instrução do Porto e oferecido à respectiva Câmara, não chegou a ser edificado. Contudo, apesar da proposta não ter sido realizada, o ano de 1882 foi marcante na cidade, no campo educativo. Começaram a funcionar as Escolas Normais, Feminina e Masculina, para a qual se empreende a compra de livros e material escolar, entre o qual figura material froebeliano. São realizadas duas sessões separadas de celebração do centenário de Froëbel: uma no teatro Príncipe Real com demonstração do sistema Froëbel pelos alunos do Colégio Pestalozzi – Escola Froëbel e encerrado por Graça Afreixo, inspetor da circunscrição de Aveiro; outra, tendo por centro a Sociedade

³ Além de Carolina Michaëlis marcavam presença na Sociedade de Instrução J. Eduardo Von Hafe, director do Liceu Particular, Rodrigues de Freitas, “Augusto Gustavo de Almeida e o Dr. Pedro Roxa, ambos directores de colégios e os primeiros que em Portugal estabeleceram escolas Froebel”, segundo Guimarães Dias, em artigo publicado na Revista Labor, n. 65, em 1935.

de Instrução do Porto, de fato a iniciadora do movimento para celebrar o centenário de Froëbel, no Teatro Gil Vicente, ao Palácio de Cristal, com Joaquim de Vasconcelos, o Eng. José Macedo Júnior e Rodrigues de Freitas, que lançou uma biografia do pedagogo.

Não nos deteremos nos detalhes dessas ações, já analisados por Rogério Fernandes e em que uma das fontes principais é a Revista da Sociedade de Instrução do Porto, também por nós compulsada. Salientaremos, porém, que uma das recomendações da Sociedade de Instrução do Porto fora o envio de bolseiras ao estrangeiro para aprenderem o sistema de Froëbel. Desiderato que se vem a realizar, como pudemos confirmar pela consulta das Actas da Junta Geral do Distrito, em 1885. Foram subsidiados como bolseiros para ir estagiar à Suíça Carlota Saavedra e o marido João Clemente Saavedra, alunos das Escolas Normais do Porto, habilitados com o curso do 2º grau⁴. Da viagem foi publicado o relatório Jardins D' Infância, Escolas Primárias e Normaes na Suissa, França e Hespanha. O objetivo da viagem era, para a professora, aprender na prática o método de Froëbel e analisar o funcionamento dos jardins-de- infância, enquanto que para o professor seria, sobretudo, adquirir o conhecimento teórico e observar o funcionamento das Escolas Normais. Os autores ultrapassaram largamente essas orientações, tendo-se ocupado também do ensino profissional elementar. Sobre o ensino infantil detêm-se a descrever a sua organização nos diferentes cantões da Suíça, a formação das jardineiras, o funcionamento dos jardins de infância, os métodos utilizados, materiais e ocupações das crianças, com referência à importância dos meios e materiais froebelianos para o desenvolvimento da criança. Em 1888-89 estes bolseiros estão a leccionar na Escola Anexa à Escola Normal do Porto⁵. A sua viagem e relatório constituem os primeiros realizados por alunos e tendo por objetivo o ensino infantil e elementar. Nessa escola havia mesmo certa tradição de contato com o exterior, pois o próprio secretário do Conselho Escolar, professor Francisco Bernardo Braga Júnior também visitara a Suécia e países escandinavos para conhecer os seus sistemas de ensino. Vasconcelos Sá atribui à ação específica de Carlota Saavedra a formação das

⁴ Cf Escola Normal do Porto. Relatório da Junta Geral do Districto do Porto. "Extracto das actas da comissão delegada da junta geral do districto do Porto, durante o mês de Abril de 1886", pág. XX. Cf. ainda SÁ (1962 , p. 71).

⁵ SAAVEDRA, Carlota ; Saavedra, João Clemente, Jardins D' Infância, Escolas Primárias e Normaes na Suissa, França e Hespanha. Porto, Typographia da Empreza Litteraria Typographica, 1888.

jardineiras de infância, que lecionaram nos jardins de infância criados pela Câmara Municipal do Porto no início da República. Contudo, a temática do jardim de infância era abordada desde o início na Escola Normal Feminina do Porto, como nós apercebemos pelos pequenos trabalhos das alunas, “Quesitos de Pedagogia”⁶, e pelo material adquirido para a Escola. Pode-se afirmar que a Escola Normal do Porto, pela qualidade do edifício erigido de raiz, pelas diversas salas e equipamentos, pela qualidade dos seus professores/as e ainda pela atenção que lhe dedicou a Junta Geral do Distrito, dirigida por José Guilherme Pacheco, “brasileiro”⁷ dinâmico e empreendedor no campo da educação e da proteção à infância, tornou-se o modelo para a prática educativa, pólo dinamizador da formação fundamentada na pedagogia científica, divulgadora e produtora de materiais, métodos e de formas de organização do ensino.

A Sul, a ação de Adolfo Coelho manifesta-se quer junto do Jardim-escola da Estrela quer apresentando propostas e publicando. Em 1883, participa no Primeiro Congresso das Associações Portuguesas como representante da Sociedade de Instrução do Porto, onde terá sido provavelmente o autor de uma proposta de criação de um jardim de infância e apresentou outra, de criação de uma escola modelo, dos três aos 14 anos de idade⁸.

Ao nível da publicação, dessa década restam-nos ainda a crônica de Ramalho Ortigão sobre o centenário de Froëbel na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e publicada no Jornal do Comércio⁹ assim como os artigos de Adolfo Coelho na Froebel-Revista de Instrução Primária, criada em 1882. Passada a euforia em torno do centenário de Froëbel esbateu-se a ação pela educação infantil e apenas no Governo de José Luciano de Castro foi aventada a necessidade de criação de escolas infantis, que não se concretizaram.

⁶ Escola Superior de Educação do Porto. Quesitos de pedagogia. Feitos pela aluna n. 26º. No anno lectivo de 1882 a 1883. Porto: Escola Normal do Porto. [Caderno manuscrito]. Cota 37.013/10.

⁷ “brasileiro” significa no século XIX e início do XX o português emigrado para o Brasil, que regressa rico à terra natal. Geralmente foram motores de desenvolvimento económico nas suas regiões e procuraram notabilizar-se pelo recurso à benemerência e à filantropia. A muitos dele se deve a criação de escolas primárias, que doavam ao Estado.

⁸ Cf. Fernandes, Rogério, “A educação infantil na obra de Francisco Adolfo Coelho”. In: FREITAS, Marcos Cezar; Kuhlmann (Org.). Os Intelectuais na História da Infância, São Paulo: Cortez, 2002. Também em Felgueiras, M. L.; MENEZES, op. cit., p. 499-500.

⁹ Ibidem, p. 485-486.

3 As propostas da República sobre educação infantil e a escolarização

Nas vésperas da República, realizou-se em Lisboa o Congresso dos professores (1908). Nele foi apresentado um relatório sobre “Escolas Maternaes”, pelo professor A. Alfredo Alves, do Instituto D. Afonso, de Odivelas. A reforma da instrução primária de 1901 creara as escolas infantis, projeto que não se concretizara, apesar de ter sido regulamentado em 1902. O intuito do professor era sensibilizar e alertar para a necessidade da criação dos jardins de infância ou escolas maternas. O relatório, que foi publicado (ALVES, 1909), começa por defender a criação desse tipo de escola, argumentando com os dados das estatísticas internacionais e a necessidade de o país não poder ficar ao lado desse movimento internacional da educação das crianças. Acaba com o voto “para que, ao menos, nas escolas normaes femininas se forme uma classe maternal, como parte integrante das respectivas escolas annexas” (ALVES, 1909, p. 24). O conteúdo do relatório versava sobre o tipo de educação a desenvolver nas escolas maternas, exemplificando com o material fröebeliano a usar. O interessante é a apresentação de outro material feito pelo autor, em papelão (para os sólidos geométricos), de um mapa de Portugal em madeira encaixado numa estrutura metálica para levar água e as crianças poderem ter a noção dos rios e do mar. Alfredo Alves defende ainda a criação de museus escolares para as lições de coisas, feitos pelos professores com as crianças, e é contra a compra dos museus escolares estrangeiros. Apresenta em anexo uma recolha de poesias e cantigas populares a serem usadas no jardim de infância e a necessidade de se publicar música para crianças, de carácter nacional, pois afirma “nas escolas maternaes canta-se muito”.

O Relatório de Alfredo Alves é significativo por vários motivos: foi apresentado num congresso de professores na capital, o que mostra o interesse que a questão estava a ter no seio da classe; as Referências diretas a Froëbel e Pestalozzi, mostrando que a obra desses pedagogos era não só conhecida como os seus métodos compreendidos e praticados; a referência direta às obras de J. Augusto Coelho, professor da Escola Normal do Porto e que será mais tarde da de Lisboa, mostrando como as Escolas normais se estavam a tornar modelos para a prática docente. Revela ainda a criatividade na produção de material didático e de como isso era constituinte e fazia parte da afirmação da

profissão docente. Podemos afirmar que no âmbito do professorado estava preparado o terreno para a necessidade da educação infantil.

A Reforma da Instrução Pública, publicada em 29 março de 1911, insere-se nesse movimento do final do século XIX que pugna por uma educação doce, centrada no conhecimento e nos interesses da criança, na esteira de grandes pedagogos e na compreensão do seu desenvolvimento proporcionado pelas ciências da educação. A novidade da Reforma, além do seu aspecto global e da importância que dá ao ensino primário como uma das formas de combater o analfabetismo, está no reconhecimento e integração do ensino infantil dentro do sistema de ensino. Não só prevê a existência de jardins de infância como preparatórios ou preliminares à escola primária, como integra a formação de jardineiras de infância na formação de professores, nas escolas normais primárias.

3.1 O ensino infantil na lei de 1911

A lei de 29 de março de 1911 reformula o ensino infantil, primário e normal. A sua aprovação dista apenas sete dias da criação das Universidades de Lisboa e Porto e é anterior a toda a outra legislação da República sobre o ensino. Esse dado revela a importância, o cuidado e a esperança que os republicanos depositavam na educação. Era na escola primária que se formaria “a alma da pátria republicana”, onde “a criança cria, desde a escola infantil hábitos fortes de energia e pureza, habilitando-se praticamente para a conquista do pão e da virtude”¹⁰. A Lei dedica cinco artigos ao ensino infantil (Parte I, cap.II) e apresenta-o como a transição entre a família e a escola e como base de apoio para o ensino primário. Dirige-se a crianças dos dois sexos desde os quatro aos sete anos de idade, visando a “educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças” (art. 5º), prevendo a articulação da professora com a mãe. O ensino infantil tomaria a forma de lições de coisas (art. 6º) e seria transmitido por meio de “representações plásticas e gráficas, com o auxílio de material fröebeliano e por meio de exercícios adequados à escola infantil” (art. 7º). São apontados de seguida um conjunto de quatro temas organizadores, que se pode considerar como um programa básico para a escola infantil: aquisição de vocabulário pelo conhecimento de objetos; saber contar até 100, somar e subtrair, conhecer as cores, as formas, animais e vegetais da região e as partes do corpo humano; desenho e modelagem com canto

¹⁰ Preâmbulo da lei, ponto I.

e dicção de poesias; regulamentação do emprego do tempo, jogos, exercícios e distrações agrícolas. Tudo isto de acordo com a idade, temperamento, robustez, precocidade e atraso das crianças. (art. 6º). A Lei estabelecia ainda que todos os estabelecimentos de proteção ou apoio às crianças, pertencentes ao Estado ou aos municípios (asilos, creches, ou outras casas de educação) deveriam ser transformados em escolas infantis.

No cap. IV da Lei, ao falar das escolas, é reafirmado que serão infantis, primárias elementares e complementares e superiores, de acordo com os graus de ensino previstos (art. 19º). As escolas infantis deveriam existir em cada um dos bairros de Lisboa e Porto, em todas as capitais de distrito e ainda nos principais concelhos e deveriam ser instaladas em edifícios próprios, com espaço para plantações, recreio e jogos ao ar livre (art. 21º e 22º). A direção dessas escolas era atribuição de professoras diplomadas pelas escolas normais nessa especialidade (art. 23º) e era gratuito (art. 38º).

Ao tratar da administração escolar (Parte II, cap.II) a lei determina que essa ficaria a cargo das Câmaras e dos Conselhos de Assistência Escolar (art. 62º). Previa a existência desses conselhos em cada sede de concelho, nomeados por três anos e com a presença de um representante do inspetor escolar. Esse organismo tinha por funções a assistência escolar, que se traduzia na distribuição de vestuário, calçado, livros e material escolar aos alunos pobres das escolas públicas; organização de cantinas escolares para fornecimento de alimento às crianças; instalação de balneários nas escolas; consulta, socorros mútuos e medicamentos às crianças pobres; organização de colónias de férias campestres e marítimas, escolas ao ar livre (art. 74º).

A regulamentação da Reforma inicia-se em 26 de Julho de 1911, com o Regulamento do Ensino Primário e no mês seguinte com o Regulamento das Escolas Normais e a publicação dos Programas das Escolas Infantis (23 de agosto de 1911). Esse diploma não se afasta do já apresentado na Lei como objetivos do ensino infantil. Enfatizando que a educação infantil se fará sempre através de processos intuitivos, as professoras deverão possuir “a mais completa habilitação no sentido pedagógico, moral e profissional da especialidade“. A educação tem por finalidade o desenvolvimento dos sentidos e a robustez física da criança, o desenvolvimento harmônico de todas as suas faculdades, como auxiliar e preparatório para a entrada na escola primária. Para

isso haverá que promover a agilidade, destreza, coragem, através de exercícios físicos e de jogos. São propostos exercícios apropriados para cada sentido a desenvolver, desde a vista ao olfato, à fala e à habilidade manual. Para esta, em especial, são referidos exercícios com material fröebeliano, modelagem e jardinagem. Para além do desenvolvimento da inteligência, dando resposta aos por quês das crianças através de exercícios de cálculo com objetos, de geografia descritiva pela observação dos lugares, de desenvolvimento da língua materna como elemento transversal a todas as aprendizagens e não isoladamente, a educação deve contemplar a afirmação dos sentimentos de solidariedade, de amor ao próximo, de respeito e de disciplina.

O ensino infantil deveria ser gradual, progressivo e exclusivamente intuitivo, de lições curtas, obedecendo ao princípio “é brincando que a criança se educa” (art. 5º). Somente a partir dos seis anos as crianças poderiam ter lições mais metódicas, não excedendo os 20 minutos. O programa contemplava ainda as dependências e o mobiliário a usar.

Espaços – O edifício para jardim-escola teria de ter um espaço circundante espaçoso e arborizado onde as crianças pudessem brincar ao ar livre e obter noções simples de jardinagem. As salas deveriam ser espaçosas, com luz, exposição solar e ventilação e estar forradas de ardósia até à altura das crianças ou ter quadros negros para elas poderem livremente desenhar objetos, aproveitando a professora para desenvolver a observação e o gosto pelo desenho. Deveria existir um dormitório, pois as crianças até aos cinco anos teriam ainda necessidade de repouso durante o dia; uma sala com lavatórios e um balneário onde pudessem tomar banho e adquirir hábitos de higiene. Na impossibilidade, devia haver tinas na sala dos lavatórios com o mesmo fim. Além dessas, haveria uma sala para cabides e uma sala para as professoras. Caso não pudesse existir anexa uma cantina deveria haver uma cozinha com fogão para preparar refeições para as crianças.

Mobiliário e material de ensino – O mobiliário descrito é composto por uma mesa grande em forma de ferradura a colocar no centro da sala com bancos ou cadeiras à volta, proporcionais ao tamanho das crianças; cadeira e secretária para a professora. O material de ensino enumerado consta de: vários quadros negros, coleções de desenhos coloridos com os animais mais conhecidos, de material fröebeliano, coleção de jogos, de minerais e ainda barro ou plasticina para modelagem, balança de braços iguais e alguns pesos e medidas, utensílios de jardinagem (art. 13º).

A matrícula para o ensino infantil estaria aberta em permanência e as crianças deveriam estar na escola entre as 9 horas e as 15h. As turmas de 15 a 20 crianças não teriam separação de sexo e estariam a cargo de uma professora, que teria de ter obrigatoriamente mais de 21 anos e ter habilitação para exercer (art. 14º).

Essa apresentação do ensino infantil na Lei ressalta um conjunto de aspectos inovadores, que são afirmados mais como opções e orientações da política educativa da República do que como possibilidade prática de ser concretizada. Tem o mérito de nos mostrar como esses republicanos tinham um projeto inovador e mobilizador no campo educativo, de acordo com o conhecimento disponível sobre o ensino infantil. É disso exemplo a proposta de paredes forradas de ardósia, para dar plena liberdade de exercício às crianças, a mesa em ferradura, os cuidados de higiene. Procura-se pensar a educação infantil de acordo com a moderna Ciência da Educação, notando-se já a presença da pedagogia montessoriana, mas, seguindo no essencial o modelo de Fröebel e as propostas de Pestalozzi.

3.2 A formação de professores e de educadoras de infância

A Reforma contemplava também a formação de professores, agentes fundamentais das mudanças a implementar. Enquanto não existisse pessoal habilitado para as escolas infantis poderiam ser providas nessas funções professoras primárias com bom e efetivo serviço (art. 81º§ 1º). Significativo é o fato da formação para a docência no jardim de infância aparecer reservada às mulheres, na continuidade dos cuidados maternos e do debate iniciado no século XIX. O curso do Normal, de quatro anos, compreendia o curso geral, comum aos dois sexos, cursos especiais para cada sexo e cursos complementares como o de lições de coisas, o curso colonial ou para crianças com necessidades específicas – mentais ou físicas (art. 109º). O curso especial para o sexo feminino compreendia “Aulas de habilitação para a regência das escolas infantis” (art. 111º).

Todas as alunas teriam de praticar nas escolas anexas sob a supervisão do/a professor/a regente. Praticavam no nível elementar, complementar e também no infantil. As alunas que declarassem querer dedicar-se ao ensino infantil poderiam ver reduzidas as atividades nas escolas primárias anexas e aumentadas na escola infantil (art. 124), existindo certo grau de escolha por parte das estudantes. O ensino infantil funcionava como uma especialização dentro da docência, tal como o das crianças com necessidades específicas. A prática educativa, as missões exteriores e as conferências pedagógicas pertenciam

ao programa do 4º ano das Escolas Normais Primárias. As missões exteriores compreendiam, entre outras, a visita a uma maternidade e a instituições de assistência a crianças. O que assinala a importância que era dada na formação dos futuros/as professores/as à prática e ao contacto com a realidade social, ao mesmo tempo em que se pensava preparar as educadoras para trabalhar e dirigir as instituições de assistência infantil, o que representa também uma alteração na conceção dessas instituições.

Quanto menores as crianças fossem, mais necessária se tornava a formação específica dos/as educadores/as sobre o desenvolvimento infantil. A compreensão da evolução das capacidades infantis devia ser acompanhada de atenção e o carinho. Há, de fato, a entrada e a valorização da afetividade no campo educativo. Como se verifica, as orientações decretadas estavam em consonância com o conhecimento prático e teórico já produzido quer por pedagogos como Adolfo Coelho, quer por professores e responsáveis das escolas normais, onde a pedagogia fröebeliana era conhecida e de algum modo praticada. Apesar disso, a implementação da formação de educadoras de infância nas escolas normais foi hesitante, tendo a Escola Normal do Porto desempenhado um papel importante nesse processo.

Segundo o registo das atas da Escola Normal do Porto, o ensino infantil entrou em funcionamento em 1914, orientado pela professora-regente Carlota Saavedra, que era também a orientadora da prática pedagógica da escola anexa feminina. Ficou a dever-se à ação do diretor Henrique Sant'Ana, favorecida pelas suas relações políticas republicanas e ao fato de nela existir professores preparados para o implementar. O Diretor sugeriu a criação do ensino infantil na Escola, através do Diretor Geral, e aproveitou a visita do Ministro da Instrução Pública, na altura António Joaquim de Sousa Júnior¹¹, em 27 de julho de 1913, por ocasião da exposição de trabalhos manuais educativos das crianças das escolas anexas, para reiterar esse pedido. O Ministro anuiu, fundamentando a decisão com a existência de professores preparados para ministrar esse ensino, sem mais encargos para o Estado. Henrique Sant'Ana contou com a colaboração das professoras recém-diplomadas pela escola, Maria Margarida Barbosa Portela e Maria Eugénia Guedes Vaz, que se ofereceram para “gratuitamente

¹¹ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 6 de Outubro de 1913, fls. 29 v a 31.

prestarem os seus serviços na nova escola infantil”¹². Desse modo, Henrique Sant’Ana pode pôr a funcionar de imediato esse ensino, atribuindo uma sala para o efeito, o que demonstra que a formação de algumas alunas-mestras já contemplava essa vertente. Essas professoras eram familiares de professoras da Escola Normal o que nos leva a pensar que terá sido uma estratégia definida pelo Diretor para obter a autorização da tutela e forçar a aplicação da Lei. Uma delas irá, mais tarde, encontrar colocação nos jardins de infância criados pela Câmara Municipal e a outra acabou por ficar adstrita ao ensino infantil na Escola Normal. O conselho escolar apoiou a decisão e aprovou a compra de mais material fröbeliano, livros, quadros relacionados com o ensino infantil, afirmando que o existente na Escola Normal não era suficiente, demonstrando que o ensino infantil era um projeto da Escola.

A atestar a importância sociopolítica da Escola Normal do Porto está a visita que outro Ministro da Instrução, Dr. Sobral Cid, realizou a Escola Normal em abril de 1914 e que também o terá impressionado favoravelmente. Em telegrama enviado posteriormente, ao diretor, informa que pedira ao Ministro do Fomento verba para a “construção do pavilhão destinado à Escola Infantil” e fazia votos que “os trabalhos manuais educativos, ensino activo e demonstrando [sic] ciências naturais prossigam neste estabelecimento”¹³. O diretor desempenhava também um cargo na Comissão Administrativa da Câmara do Porto e nela exerceu uma ação meritória em prol da instrução, impulsionando a criação de jardins de infância, o que mereceu o louvor dos colegas, proposto pelo professor Gomes de Oliveira¹⁴.

Pode afirmar-se que o professorado das Escolas Normais (do Porto e de Lisboa) estava realmente interessado no desenvolvimento do ensino infantil e pressionava o poder político nesse sentido. Continuava a existir, no caso particular da cidade do Porto, uma teia de relações,

¹² Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 6 de Outubro de 1913, fls. 29 v a 31.

¹³ Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 24 de Abril de 1914, fls.35 v.

¹⁴ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas das Sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária e das Sessões de Jury dos Exames realizados na mesma escola (1912-1914), Acta da sessão de 19 de Junho de 1914, fls. 13v e 14.

que se constituía como grupo de pressão a favor desse ensino¹⁵. O corpo docente da Escola Normal do Porto era respeitado socialmente pela sua competência, como se verifica pela projeção alcançada por alguns dos seus membros. Por exemplo, em 1915, o professor António Maria da Silva Barreto foi nomeado, a título definitivo, chefe da seção de Pedagogia da Repartição de Instrução Primária e Normal, considerado, então, um “elevado lugar na instrução nacional”¹⁶. Seria um ponto de apoio para a diplomacia da escola e do seu diretor. Em 1917, a Câmara foi presidida por Eduardo Ferreira dos Santos Silva, que fora o primeiro diretor do regime republicano nomeado para a Escola Normal.

Mercê da lei que previa a implementação efetiva da formação de educadoras de infância, a Escola Normal do Porto foi muito visitada, estando registado a visita dos diretores das Escolas Normais de Lisboa e Coimbra em 1913, que incentivaram as visitas dos alunos normalistas dessas escolas, por ocasião da excursão escolar anual. Realizaram-nas pela primeira vez em 4 e 8 de junho de 1914¹⁷. Nas palavras do diretor da escola da capital, pretendia que viessem assistir ao funcionamento da escola infantil, onde pôde apreciar uma bela orientação do ensino, nada parecido àquele que observara em muitas outras escolas, destinadas ao mesmo fim, como pessoalmente o declarou aos professores dessa Escola que o receberam e acompanharam na visita¹⁸ e o expressara em Lisboa também a Henrique Sant’Ana.

Do Instituto Feminino Educação e Trabalho, em Odivelas, vieram ao Porto, com autorização da Direção Geral de Instrução Primária, as professoras do Instituto Feminino – Domicilia Augusta Xavier e Berta Almeida Ávila, para assistir aos exames para as professoras das escolas

¹⁵ Cf. FELGUEIRAS, Margarida Louro; ROCHA, Juliana (2012) A circulação de ideias sobre o ensino infantil e sua apropriação na cidade do Porto: o contributo das viagens pedagógicas (1880-1920). In Mogarro, M.J. & Cunha, M.T.S. (orgs.) (2012). Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. ISBN 978-989-96999-6-0.

¹⁶ Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Acta da sessão extraordinária de 16 de Junho de 1915, fls. 4 a 6v. O conselho aprovou o envio de felicitações. Cf. ainda Diário do Governo, n.º 210, de 8 setembro de 1913. Portaria de louvor de 6 de setembro 1913.

¹⁷ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas das Sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária e das Sessões de Jury dos Exames realizados na mesma escola (1912-1914), Acta da sessão de 19 de Junho de 1914, fls. 13v e 14.

¹⁸ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 24 de Abril de 1914, fls.35 v e 36.

infantis. Esses exames realizaram-se em janeiro de 1915 e neles ficaram aprovadas legalmente 13 professoras, que as Câmaras podiam colocar nas escolas infantis que fossem criando¹⁹. As duas professoras foram convidadas a

[...] demorem-se mais algum tempo para assistirem aos trabalhos diários da Escola infantil anexa a esta Escola, o que elas de bom grado aceitaram, e se mostraram deveras interessadas com todos os trabalhos a que assistiram.²⁰

Tendo posteriormente o diretor do Instituto agradecido a receção e as atenções de que foram alvo da parte da diretoria, como de todo o pessoal dessa Escola.

Um dos problemas que a Escola Normal do Porto teve de resolver foi como certificar a formação de professoras de educação infantil, que as normalistas obtinham na escola, uma vez que fora uma iniciativa local autorizada pelo ministro. Ainda que prevista na lei desde 1911 não fora regulamentada nem na lei de 1914 nem no Regulamento de 1916, o que mostra a hesitação do poder central. A Escola Normal desenvolveu por isso o seu próprio sistema de avaliação, com um exame específico. Como o próprio diretor afirmava, ainda que o ensino normal primário continuasse “num período de transição”²¹ era necessário criar um diploma que provasse que as alunas que frequentassem as aulas práticas na Escola Infantil se achavam aptas para o exercício do magistério, o que foi autorizado pelo Ministro. Em ata de 16 de junho de 1916 propõe uma forma de avaliação, possivelmente mais alargada do que a inicialmente praticada, em resultado da experiência dos anos anteriores. Foi apresentada pelo diretor, discutida e aprovada pelo conselho escolar uma proposta de avaliação para as alunas aprovadas no 3º ano e que tivessem praticado na Escola Infantil, que se compunha dos seguintes elementos: uma prova escrita sobre pedagogia do ensino infantil – tempo ½ hora; uma prova de música de piano ou rabeça e ainda de canto; uma lição pratica feita a uma classe da Escola Infantil. Argumentação durante trinta minutos sobre a lição feita e interrogatório sobre pedagogia do ensino infantil em geral. A classificação final era obtida pela média do conjunto das provas e no fim era-lhes concedido um diploma especial, assinado pelo Diretor da Escola e pelo presidente e vogais do júri. Esse seria constituído por dois professores da Escola

¹⁹ Cf. Idem, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 22 de Fevereiro de 1915, fls. 44v e 45

²⁰ Ibidem: fl.45.

²¹ Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Acta da sessão ordinária do conselho escolar em 16 de Junho de 1916, fls. 16 v a 19.

Normal que tivessem regido a cadeira de pedagogia e duas professoras das escolas anexas e habilitadas para o ensino infantil.²² O Ministro da Instrução aceitou a proposta com exceção da prova “do suficiente conhecimento do piano ou da rebeca = que não pode ser exigido visto não constar dos programas em vigor”²³.

Esses fatos demonstram a capacidade instalada na Escola Normal do Porto para realizar a formação de educadoras de infância, que foi preparada desde a sua abertura. A revolução republicana tornou possível a sua afirmação, pela legislação, mas, sobretudo, abriu espaço para a afirmação do dinamismo e das sinergias locais. Mais do que realizar grandes reformas o regime republicano permitiu que grupos e movimentos sociais se organizassem, exprimissem e tomassem iniciativas. O fato da cidade do Porto ser um polo de desenvolvimento na época favoreceu o protagonismo de um escol intelectual que se deslocou progressivamente da Sociedade de Instrução para a Escola Normal e da Junta Geral do Distrito para a Câmara Municipal do Porto. Nesse movimento a Escola Normal adquiriu projeção, pela prática de um ensino ativo, com os trabalhos manuais educativos, o ensino infantil, as práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas pelas/os docentes e pela ação do próprio diretor. A Escola fez com que os estudantes demonstrassem igualmente um grande dinamismo. A confirmá-lo estão as récitas dos finalistas para angariação de fundos para a criação de “uma cozinha escolar”²⁴, e o movimento de apoio da comunidade escolar aos soldados portugueses na frente e suas famílias, enviando roupas:

O director deu parte ao conselho que no dia 12 de janeiro último, enviara à Repartição de Instrução Primária e Normal 18 camisolas de flanela branca, 64 pèugas da mesma cor, 60 de cor gris e 62 castanho, ao todo 186 peças, para os soldados do exército em campanha.²⁵

²² Ibidem

²³ Idem, Acta da Sessão Extraordinária de 12 de Agosto de 1916, fls.20 a 21.

²⁴ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas das Sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária e das Sessões de Jury dos Exames realizados na mesma escola (1912-1914), Acta de 20 de Maio de 1914, fls. 13 e 13 v e ainda Cf. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 6 de Outubro de 1913, 29 v a 31; e Cf. Idem, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 22 de Maio de 1914, fls. 36 v e 37; e Cf. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Acta da sessão ordinária do conselho escolar em 16 de Junho de 1916, fls. 16 v a 19, onde se informou que a sua instalação estava dependente da compra do prédio contíguo à Escola cujas negociações iam muito adiantadas.

²⁵ Ibidem. Cf também Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Sessão ordinária de 15 de Dezembro de 1916, fls. 25 e 25 v, onde é referida a recolha de dinheiro, pelas alunas, e sua entrega ao Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte e Cruzada das Mulheres Portuguesas, secção do Porto.

Há também referência à recolha do dinheiro de um dia de salário, para enviar aos professores belgas, que por causa da guerra estavam a passar grandes dificuldades²⁶. Apesar da Reforma de 1911 integrar o ensino infantil no sistema educativo é verdade que a sua implantação foi atrasada por hesitações provocadas pela turbulência política. A lei 233 de 7 de julho de 1914 reformou o ensino normal e consagrou o ensino infantil, prevendo escolas infantis anexas às escolas normais. Aí se consignava o carácter “acentuadamente profissional” das escolas normais e a sua finalidade – aprender a ensinar. Só seria regulamentada pelo Decreto n. 2213, de 10 de fevereiro de 1916. O Regulamento previa junto das escolas normais a existência de uma escola para crianças dos quatro aos oito anos designada por jardim de infância ou escola infantil, para além das escolas primárias anexas²⁷. Nessa altura já o ensino infantil estava sedimentado na Normal do Porto, com o novo pavilhão construído no recinto da escola e pronto a funcionar desde janeiro de 1916. Havia ainda todo um projeto de pequenas obras “para lhe dar aquela nota de frescura e beleza que é indispensável em tais centros educativos”²⁸. A Escola Infantil tornou-se um polo de atração, como se depreende da decisão do conselho, em 17 de março desse mesmo ano:

O director referindo-se ao grande numero de senhoras com autorização superior assistem diariamente às aulas da Escola Infantil e ao prejuízo que aos trabalhos da mesma Escola esse numero se vier a aumentar, pode trazer, propõe que as senhoras assistentes se dividissem em grupos, escalando-se a assistência por semanas, o que o concelho aprovou.²⁹

²⁶ Cf. Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 16 de Dezembro de 1914, fls. 42 v a 43v; e Cf. Idem, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 15 de Janeiro de 1915, fls. 43v, 44 e 44 v., para as famílias de soldados mortos na guerra.

²⁷ Cf. Diário do Governo. Iª Série. Decreto n.º 2 213, de 10 de fevereiro de 1916. Artº 3.º a).

²⁸ Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto. Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Acta da sessão do conselho escolar de 11 de Janeiro de 1916, fls. 11 v, 12 e 12 v.

²⁹ Idem, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 17 de Março de 1916, fls. 14, 14 v e 15.

Essa situação exigiu uma tomada posterior de posição do conselho, uma vez que essas assistentes pretenderam apresentar-se a exame para obterem o diploma de professora de ensino infantil. Mostra também que o ensino infantil foi visto como uma oportunidade de trabalho feminino, que interessou alguns grupos sociais, como o movimento feminista. A Escola Normal continuou a merecer a visita de pessoas ilustres como a do “doutor, Alves dos Santos alta competência pedagógica e da propagandista da puericultura, D. Ana de Castro Osorio”³⁰.

Em 1915, a cidade dispunha já de 14 jardins-escola, todos dirigidos por professoras jardineiras, formadas pela Escola Normal do Porto, em particular pela ação de Carlota Carvalho Saavedra, do seu diretor Henrique Santana, e de uma geração notável de educadores. Esses atravessaram fronteiras e contribuíram para uma Escola Normal que procurava fundar o seu ensino numa cultura pedagógica e científica europeia, que afirmava a especificidade da criança e uma formação humanizadora das práticas de ensino, como o abolir dos castigos corporais o demonstra. Foram capazes de concretizar o ensino infantil, demonstrando a sua importância e constituindo-se como um polo de difusão no contexto do país.

Apesar da aceitação e interesse social manifestado pela educação de infância, a expansão dos jardins de infância terá sido limitada durante a República, a avaliar pelas críticas de Casimiro Freire³¹. Não temos ainda um mapeamento da sua real extensão. A transformação da Associação das Escolas Móveis em associação promotora dos jardins de infância e a sua expansão tem aparecido como a única realidade desse subsector do ensino, a cargo de particulares. Ora existiram jardins de infância públicos, a cargo das câmaras municipais, cujo rastreio está por fazer. É o caso do Porto, como já referimos, em que a Câmara construiu de raiz de dois primeiros edifícios para esse fim. Supomos que terão existido jardins de infância anexos às escolas normais, como está referenciado também em Lisboa³². A expansão foi de qualquer modo limitada. E isso por dificuldades económicas e pelas condições objetivas da vida das famílias, numa estrutura económica debilmente industrializada, em que os cuidados prestados às crianças se faziam nas famílias e, também, por condições subjetivas no modo

³⁰ Idem, Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 15 de Dezembro de 1916, fls. 25 e 25 v.

³¹ Cf. Gomes, J. F. (1986), p. 73.

³² Cf. o livro recentemente publicado, Pintassilgo (2012).

como viam a criança, quer da parte dos progenitores quer da sociedade no seu todo. O trabalho infantil era uma realidade naturalizada, não questionada socialmente, tal como a pedagogia do medo e da força. Pode-se, pois, inferir que, apesar de existir um campo profissional em que a educação infantil era olhada como o sustentáculo da instrução elementar, onde despontava a consciência da especificidade e dos direitos das crianças, isso não corresponderia ao largo tecido social. De igual modo, os princípios e a legislação aprovada não foi acompanhada de uma visão pragmática, de se equacionar o modo como poderia ser difundida progressivamente, e foi deixado à iniciativa local, filantrópica e associativa a sua expansão.

4 Do intermezo republicano à infância negada da longa ditadura

A reforma de 1919, que de algum modo procurou concretizar a de 1911 com pequenas alterações, manteve o ensino infantil. Ainda que lenta e tenuemente parecia que a educação infantil se ia afirmando aos poucos. Nada mais enganoso. Bastou muito pouco para que desaparecesse por completo não só do sistema de ensino como das preocupações do Estado. As primeiras reformas da Ditadura não referem o ensino infantil, pois ele tinha pouco peso. Porém, em 1936 foi extinto do sistema de ensino e entregue a superintendência dele e do ensino das raparigas à Obra das Mães para a Educação Nacional. Da ação dessa instituição pouco mais se conhece do que cursos de formação feminina dirigidos a moças da classe média, distribuição de leite ou de sopa nas escolas dos bairros sociais.

Na realidade o ensino infantil representaria nessa época apenas 1% da rede escolar pública. O argumento invocado para aquela medida, da falta de recursos para expandir a rede e da igualdade de tratamento dos cidadãos era claramente falacioso e procurava disfarçar a oposição ideológica a esse tipo de ensino. O Estado Novo defendia que a educação era uma função das famílias e não do Estado. Além disso, o regime era contra a coeducação das crianças. Os jardins de infância há muito defendidos por pedagogos foram a dado momento olhados como se opondo e sendo mesmo um fator de dissolução da família. Se aliarmos a isto que os grandes pensadores e pedagogos, como Froebel, viram nos seus países a sua ação censurada, acusados de dissolução de costumes, percebe-se que combater o ensino infantil foi um terreno fértil para articular o discurso autoritário, acentuar o domínio ideológico sobre as camadas populares e fazer campanha anticomunista. Nessa ação o Estado foi apoiado por alguma intelectualidade, que exaltava

as virtudes do povo português, que não precisaria saber ler ou ir à escola! Foi também uma forma de desresponsabilização do Estado pela educação e proteção das crianças, de acentuar e perpetuar a dependência das camadas populares, em particular.

Nesse campo, como noutros setores de ensino, a obra da República não se pautou por elevados índices de realização dos projetos sonhados. Daí a desilusão de largos grupos sociais, que ajuda a justificar certa passividade com que o golpe militar foi inicialmente recebido. O pesadelo viria depois. De fato, e atendo-nos apenas à educação infantil ou de jardim de infância, essa ficou relegada à iniciativa privada ou à filantrópica. Apenas continuaram a existir os jardins escola João de Deus e os de instituições caritativas religiosas. A Região Centro apresenta um caso específico – a ação do médico e Prof. Doutor Bissaya Barreto. De republicano assumido acaba por aderir ao regime e, por esse fato, vai ter um leque de possibilidades de intervenção, que de outra forma não teria. A ele se deve um conjunto de “casa da criança”, surgidas a partir de 1936, para além de outras iniciativas como (Sanatórios, Hospitais Psiquiátricos, Colónias, Centros Hospitalares, Institutos para Surdos e Cegos, Casas Maternais, Infantários, Bairros sociais, Escolas). Essas “casas da criança” inserem-se no conjunto de medidas de apoio materno-infantil. Foram edificadas vários jardins de infância e neles sabemos que foi praticada a pedagogia de Maria Montessori.

Para além de casos esporádicos de ensino privado ou de ações de proteção e guarda ao nível da assistência, o ensino infantil pré-escolar público não existiu até 25 de abril de 1974. A formação direccionada para o ensino pré-escolar desapareceu dos currículos das escolas do Magistério Primário, quando essas reabriram em 1942. Apenas em instituições privadas, como a Associação dos Jardins Escola João de Deus, ou religiosas se ia praticando, a nível muito restrito. Segundo o Censo de 1970, no ano letivo de 1970-71, considerando Portugal continental e as Ilhas dos Açores e da Madeira, existiam apenas 17.135 crianças a frequentar o ensino infantil, para um total de 999.946 crianças, que frequentavam o ensino primário geral e complementar. Adérito Sedas Nunes (1971) afirma que em 1960 nos centros urbanos existiam 35,8% de população ativa masculina com profissão eram analfabetos, subindo para 64,0% nas zonas rurais.

Será apenas no governo de Marcelo Caetano e pela reforma de Veiga Simão que o ensino infantil reentra no sistema de ensino. A Lei 5/73, de 14 de julho afirmava na Base IV 1: “o sistema educativo abrange a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente”. No cap. II nas Secções 1ª e 2ª apresentava os objetivos do ensino pré-

escolar, que no essencial retomava as finalidades já afirmadas cerca de 50 anos antes na legislação republicana. A diferença é que o intervalo de idade considerado era dos três aos seis anos e era reafirmado que essa educação “reveste carácter supletivo em relação à família” e seria “progressivamente generalizada pela conjugação de esforços do setor público e privado”. A lei previa a formação de educadoras de infância e de professores primários respectivamente, em escolas de educadoras de infância e escolas do magistério primário, com a duração de três anos, sendo o último de estágio. Esses cursos não se chegaram a iniciar. Foram ainda enviados bolseiros aos EUA com vista a dotar de professores atualizados as instituições de formação. Entretanto, com o 25 de abril de 1974 outros horizontes e esperanças se abriram à educação em Portugal.

4.1 O pós 25 de Abril

O movimento social tomou a iniciativa da reivindicação e promoção da educação infantil, sobretudo da guarda de crianças, como forma de libertar as mães trabalhadoras. Surgem as associações de moradores um pouco por todo o lado e que, em simultâneo, organizam-se para resolver problemas de habitação, mas, também, para criar jardins de infância, creches etc. Algumas dessas iniciativas são apoiadas pelo poder local. Surge assim uma vasta rede de creches, jardins de infância dependentes de Juntas de Freguesia, Câmaras, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Educação etc. Faltavam educadores formados. No período de 1974-1976, a Direção Geral do Ensino Básico preparou legislação para que a preparação das educadoras de infância se fizesse nas escolas do magistério. O objetivo era preparar as condições para reorientar os professores primários, uma vez que os estudos de planeamento indicavam que viria a existir excedentários. Contudo, com o 1º Governo Constitucional e o período de “normalização” essas orientações foram em parte ignoradas. Outro objetivo era capacitar as/os regentes escolares existentes, permitindo-lhes a continuação na docência ou a reconversão na carreira administrativa.

A Lei de Bases do sistema Educativo (1986) prevê integrar a Educação Pré-escolar. A Segurança Social passa a ter um papel mais ativo no acompanhamento das crianças com idades inferiores a três anos. Em Dezembro de 1989 regista-se uma cobertura de 30% das necessidades de educação pré-escolar e traça-se o objetivo de conseguir triplicar essa taxa até 1993. Contudo, da lei à sua regulamentação e aplicação foi um longo processo. Os interesses sobre

o negócio de setores da educação são atuantes e impedem avanços decisivos. Foi necessário esperar pelo ministério de Marçal Grilo para se ver publicado o Decreto-Lei n.147/97, que estabeleceu o regime jurídico de desenvolvimento e expansão da rede pré-escolar pública e privada. Aí se manifesta a intenção de conseguir, até ao final do século XX, “abranger 90% das crianças de 5 anos de idade, 75% das de 4 anos de idade e 60% das de 3 anos de idade, alargando a possibilidade de frequência a mais 45.000 crianças nesta faixa etária”³³.

5 Considerações finais

Até que ponto a convicção dos pedagogos republicanos na integração da educação pré-escolar no sistema de ensino seria uma forma positiva de combater as diferenças sociais e de criar possibilidades de sucesso na escola pública se realizaram? A história do ensino infantil português apresenta ainda algumas lacunas. Pretendemos apenas assinalar a lentidão no percorrer desse caminho e a difícil tomada de consciência social da realidade infantil e de reconhecimento dos direitos das crianças. Ao assinalar esse trajeto penoso, de inscrição na nossa vida coletiva da especificidade e importância da educação infantil, importa salientar alguns aspetos desse processo histórico:

- o primeiro deles é a tendência, que observámos, na crença excessiva de que as mudanças políticas, uma vez conseguidas, só por si são o garante da mudança social. Na realidade, como o processo histórico nos mostrou, se não existir uma tomada de consciência social, que prepare atores sociais para as tarefas que a mudança exige e que organizem a luta pelos seus direitos, não será as alterações no aparato governativo que nos trarão a mudança social. No caso do ensino infantil, resultou em larga medida da conjugação de esforços entre movimentos, atores educativos e poder local para que a mudança fosse assumida centralmente.

- que a qualidade da educação das crianças depende em larga escala da qualidade da vida social em que está inserida e da interação desse contexto com a escola e os professores/educadoras.

No momento presente, Portugal atingiu uma cobertura razoável da rede escolar infantil, mas os educadores debatem-se com outro tipo de pressão, de resultados potencialmente devastadores do ponto de vista do desenvolvimento harmonioso das nossas crianças – a pressão pela escolarização precoce do jardim de infância, esquecendo-se que a criança aprende sobretudo pelo brincar. Outras nuvens se adensam no

³³ Preâmbulo do Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho, p. 1.

horizonte, que dizem respeito às condições de exercício das educadoras de infância, com o alargamento do horário, diminuição do pessoal auxiliar e aumento do número de crianças por sala. E, nesse sentido, penso que é fundamental formar opinião sobre a necessidade do brincar, do experienciar, do jogar no jardim de infância, na família, na cidade.

Referências

ALVES, A. Alfredo. **Escolas Maternae**. Relatório. Apresentado ao congresso pedagógico realizado em Lisboa nos dias 21, 22 e 23 d'abril de 1908. Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1909.

ARQUIVO CENTRAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. **Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto**. Livro de Actas do Conselho Escolar da Escola Normal do Porto para o sexo Feminino (1905-1915), Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 6 de Outubro de 1913, fls. 29 v a 31; Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 24 de Abril de 1914, fls.35 v. e 36; Acta de 22 de Maio de 1914, fls. 36 v e 37. Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 16 de Dezembro de 1914, fls. 42 v a 43v; Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 15 de Janeiro de 1915, fls. 43v, 44 e 44 v.;Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 22 de Fevereiro de 1915, fls. 44v e 45.

_____. **Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto**. Livro de Actas das Sessões do Conselho Escolar da Escola Normal Primária e das Sessões de Jury dos Exames realizados na mesma escola (1912-1914). Acta de 20 de Maio de 1914, fls. 13 e 13 v., Acta da sessão de 19 de Junho de 1914, fls. 13v e 14;

_____. **Fundo da ex-escola do Magistério Primário do Porto**. Livro de Actas do Conselho da Escola Normal do Porto (1915-1919), Acta da sessão extraordinária de 16 de Junho de 1915, fls. 4 a 6v.; Acta da sessão do conselho escolar de 11 de Janeiro de 1916, fls. 11 v, 12 e 12 v.; Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 17 de Março de 1916, fls. 14, 14 v e 15.; Acta da sessão ordinária do conselho escolar em 16 de Junho de 1916, fls. 16 v a 19; Acta da Sessão Extraordinária de 12 de Agosto de 1916, fls.20 a21. Acta da sessão ordinária do conselho escolar de 15 de Dezembro de 1916, fls. 25 e 25 v.

ASSOCIAÇÃO de Beneficência e Caridade da Freguesia de Cedofeita e Creche de Cedofeita. **Relatório**. Porto: Typ. A.F.Vasconcellos, 1906.

_____. **Comissão da Crèche e dedicada às senhoras que a tem coadjudado**. Ed. Com. n. único Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885.

COMISSÃO Executiva da Crèche de Beja. **Relatório e contas**. Lisboa: Typ. Universal, 1902.

DIAS, Guimarães. Pedagogia e didáctica. Higiene e medicina escolar. Educação física e Canto Coral. O velho Pôrto pedagógico. **Revista Labor**, n. 65, 1935, p 630-634.

ESCOLA Superior de Educação do Porto. Escola Normal do Porto. **Relatório da Junta Geral do Districto do Porto**. Extracto das actas da comissão delegada da junta geral do districto do Porto, durante o mês de Abril de 1886, pág. XX.

_____. **Quesitos de pedagogia**. Feitos pela aluna n. 26º. No anno lectivo de 1882 a 1883. Porto: Escola Normal do Porto. [Caderno manuscrito]. Cota 37.013/10.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; MENEZES, Maria Cristina, Rogério Fernandes. **Questionar a Sociedade, interrogar a História, re(pensar) a Educação**. Porto: Afrontamento / FPCEUP, 2004.

_____.; ROCHA, Juliana. Escola normal do Porto (1882-1986). In: PINTASSILGO, Joaquim (Coord.). **Escolas de formação de professores em Portugal**: História, arquivo, memória. Lisboa: Ed. Colibri, 2012. p. 425-462.

FERNANDES, Rogério. Orientações pedagógicas das “Casas de Asilo da Infância Desvalida” (1834-1840). **Cadernos de Pesquisa**, Revista Quadrimestral. n. 109, Março, 2000.

_____. A educação infantil na obra de Francisco Adolfo Coelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; Kuhlmann (Org.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Alberto. **Estudos de cultura portuguesa** (século XIX). Lisboa: Moraes Editores, 1980, p. 33-34.

FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN (Org.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues. **A creche**: palavras proferidas na inauguração da “creche João Baptista Rollo”, em Portalegre, no dia 6 de abril de 1905. Portalegre: Minerva Central, 1905.

GOMES, Joaquim Ferreira. **A Educação Infantil em Portugal**. 2. ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de Pedagogia da Universidade de Coimbra, 1986.

MOGARRO, M. J.; CUNHA, M. T. S. (Org.). Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. **Atas**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. ISBN 978-989-96999-6-0.

NUNES, Adérito Sedas. **A Universidade no sistema social português. Uma primeira abordagem.** *Análise Social*, Nov. 1971.

_____.; FERREIRA,V.; AGUIAR, J. Níveis de instrução na indústria portuguesa. **Análise Social**, VII (27-28), 2. sem, 1969.

ORGÃO Occasião do Sétimo Centenário de Santo Antonio. **A Praça da Figueira**: a favor da Crèche para os filhos das vendedeiras do mercado. n. único. Lisboa : Typ. Barata & Sanches, 1895.

PINTASSILGO, Joaquim (Coord.). **Escolas de formação de professores em Portugal: História, arquivo, memória.** Lisboa: Ed. Colibri, 2012.

PORTUGAL. **Regulamento das Escolas Normais e a publicação dos Programas das Escolas Infantis**, 23 de Agosto de 1911.

_____. Lei de 29 de Março de 1911.

_____. **Diário do Governo**, n. 210, de 8 setembro de 1913. Portaria de louvor de 6 de setembro 1913.

_____. **Diário do Governo**. Iª Série. Decreto n. 2 213, de 10 de fevereiro de 1916.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Lei 5/73, de 14 de julho.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Bases do sistema Educativo**, 1986.

_____. Ministério da Educação. Decreto-Lei n. 147/97 de 11 de Junho.

REVISTA DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO. Porto, 1881-1883.

REVISTA LABOR, n. 65, 1935.

SÁ, Mário Vasconcelos. Problemas do nosso Ensino. Porto: ed. do autor, 1962. In: SAAVEDRA, Carlota; SAAVEDRA, João Clemente. **Jardins D' Infância, Escolas Primárias e Normaes na Suissa, França e Hespanha.** Porto, Typographia da Empreza Litteraria Typographica, 1888.

TEIXEIRA, Augusto António. **Discurso inaugural da creche de Santa Eulália**: fundada no Bairro Oriental de Lisboa... Lisboa: Typ. Universal, 1878.